Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 028/2023 – PROCESSO N°197/2023

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMETO DE 08 ASSINATURAS ANUAIS PARA PLATAFORMA VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI.

#### Os serviços/produtos deverão ser de boa qualidade

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DA SESSÃO: 27 de JUNHO de 2.023.

HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE LANCES: às 09 horas HORÁRIO DE TÉRMINO DA FASE DE LANCES: às 15 horas

LOCAL: <a href="mailto:bll.compras.com">bll.compras.com</a>

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**OBSERVAÇÃO:** Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

A Comissão Permanente para Julgamento de Licitações da Prefeitura da Estância Turística de Avaré, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a **DISPENSA ELETRÔNICA**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<a href="www.bllcompras.com">www.bllcompras.com</a>), denominado **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** — objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMETO DE 08 ASSINATURAS ANUAIS PARA PLATAFORMA VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO <b>DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** - **DTI**, conforme solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, que será regida pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021** e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e do disposto no presente edital. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

#### DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

Endereço: Praça Juca Novaes, 1169, Centro, Avaré/SP

Condutora: Eliana Almeida

E-mail: licitacao@avare.sp.gov.br

Fone/Fax: (14) 3711-2508.

Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

### Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01	EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO
ANEXO 02	FOLHETO DESCRITIVO/TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO 03	MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
ANEXO 04	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO 05	MODELO DE PROPOSTA VENCEDORA
ANEXO 06	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMETO DE 08 ASSINATURAS ANUAIS PARA PLATAFORMA VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DTI.
- 1.2. O valor estimado global é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) (ESTE É O VALOR QUE IRÁ PARA LANCES).
- **1.3.** O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- **2.1.** A participação no presente, se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões, disponível no endereço eletrônico bllcompras.com.
- **2.2.** Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras, para acesso ao sistema e operacionalização. Poderão participar desta Dispensa as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento no sistema eletrônico de licitações da Bolsa de Licitações e Leilões BLL (<a href="https://bll.org.br/cadastro/">https://bll.org.br/cadastro/</a>).
- **2.3.** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- **2.4.** Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível na Plataforma BLL Compras, para acesso ao sistema e operacionalização.

#### 2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- **2.4.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

#### 2.4.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.4.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- **2.4.4.1.** Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- **2.4.4.2.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- **2.4.4.3.** Sociedades cooperativas.

#### 3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- **3.1** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- **3.2** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, através de preenchimento, a proposta



Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

- **3.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- **3.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- **3.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência/ folheto descritivo e demais documentos anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais e/ou executar os serviços em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- **3.6.** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- **3.7.** Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- **3.8.** O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- **3.9.** O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.
- **3.10.** Valor global, com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

#### 4. DA FASE DE LANCES

- **4.1.** A partir das 9 horas da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- **4.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- **4.2.2.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global do objeto.



#### Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

- **4.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **4.3.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- **4.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- **4.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **4.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- **4.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- **4.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- **5.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- **5.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- **5.2.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- **5.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- **5.2.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- **5.2.4.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.



#### Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

- **5.2.5.** O fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preço, com os valores adequados à proposta vencedora.
- **5.3.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- **5.4.1.** Contiver vícios insanáveis;
- **5.4.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- **5.4.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- **5.4.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- **5.4.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- **5.5.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- **5.5.1**. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto;
- **5.5.2.** Quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **5.5.3.** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- **5.6.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- **5.7.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- **5.7.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

#### Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

- **5.7.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- **5.8.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- **5.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **5.10.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **5.11.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

#### 6. DA HABILITAÇÃO

- **6.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso, deverão ser apresentados pelo fornecedor mais bem classificado, após a fase de lances.
- **6.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos sites dos órgãos de controle externo Pesquisa na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- **6.3.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- **6.4.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- **6.5.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- **6.6.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

#### Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

- **6.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **6.8.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- **6.9.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

#### 7. DA CONTRATAÇÃO

- **7.1.** Após a adjudicação e a homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- **7.2.** O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- **7.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
- **7.2.2.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- **7.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- **7.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- **7.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- **7.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- **7.4.** O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**.



#### Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

- **7.5.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- **7.6.** No ato da assinatura contratual, para atendimento das instruções 1/2020 do TCESP, fica a empresa obrigada a apresentar a Declaração de Atualização Cadastral do proprietário da empresa (ou proponente habilitado para assinar o contrato) junto ao CadTCESP (link: https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/#!/pessoa/cadastro).

### 8. DAS SANÇÕES

- **8.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- **8.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- **8.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **8.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- **8.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **8.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **8.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **8.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **8.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- **8.1.9.** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- **8.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **8.1.11**. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- **8.1.12.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- **8.1.13.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

- **8.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- **a)** Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos **subitens 8.1.2 a 8.1.7** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos **subitens 8.1.8 a 8.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- **8.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- **8.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **8.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **8.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **8.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- **8.7.** Para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar, ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou ainda, benefícios de qualquer natureza

#### Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

que constitua prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado, conforme a Lei n° 2.216, de 22 de junho de 2.018, publicado em 22 de junho de 2.018.

- **8.8.** O processamento do PA não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- **8.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- **8.10.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

#### 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **9.1.** O procedimento será divulgado no site do município da Estância Turística de Avaré, bem como no sítio da plataforma da BLL Compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e;.
- **9.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- **9.2.1.** Republicar o presente aviso com uma nova data;
- **9.2.2.** Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- **9.2.2.1**. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- **9.2.3.** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- **9.3**. As providências dos **subitens 9.2.1 e 9.2.2** acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- **9.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- **9.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

#### Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

- **9.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- **9.7.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- **9.8.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **9.9.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- **9.10.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- **9.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Estância Turística de Avaré, 19 de junho de 2.023.

RONALDO ADÃO GUARDIANO Secretário Municipal de Administração da Estância Turística de Avaré

Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

### ANEXO 01 – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E PARA ASSINATURA DO **CONTRATO/ATA DE REGISTRO**

OBSERVAÇÃO: OS DOCUMENTOS CUJOS CAMPOS NÃO CONSTEM NA PLATAFORMA, DEVERÃO SER ANEXADOS NO CAMPO "OUTROS DOCUMENTOS".

### 1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <u>www.portaldoempreendedor.gov.br</u>;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País:
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.
- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- 2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, (Tributos Federais e Dívida Ativa da União Certidão de Débitos relativos aos tributos federais e à Dívida da União).
- **2.4.** Prova de Regularidade de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado.
- 2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

- **2.6.** Prova de Regularidade de Obrigações Trabalhistas, de acordo com a Lei 12.440/11 e resolução administrativa TST 1470/11.
- 2.7. Certidão Municipal referente aos tributos mobiliários (ISS e taxa de funcionamento).
- **2.8.** A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- 2.8.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- **2.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante Certidão Declarando tal situação, sob sua plena responsabilidade, na forma da lei;

#### 3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- **3.2**. Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

#### 4. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A empresa deverá apresentar documentação que comprove sua capacidade técnica em contratações de outros órgãos públicos com objetos similares ao desta solicitação.

### 5. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS

- **5.1.** Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme modelo mostrado no **ANEXO 03** deste edital, atestando que:
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que, caso, seja ME/EPP/MEI, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.



Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

- Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

**OBSERVAÇÃO:** A documentação solicitada nos **ITENS 4 E 5,** supracitadas, deverão ser inseridas no campo **"OUTROS DOCUMENTOS"**. Considerando o princípio da economicidade, caso falte informações/assinaturas quanto as declarações exigidas, esta poderá ser sanada pelo vencedor ainda na sessão pública, conforme solicitação e prazo estipulado pelo(a) Condutor(a) do Processo.

# 6) DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **6.1.** No ato da assinatura contratual, para atendimento da atualização das Instruções 1/2020 do TCESP, fica a empresa obrigada a apresentar a Declaração de Atualização Cadastral do proprietário da empresa (ou proponente habilitado para assinar a ata de registro/contrato) junto ao CadTCESP (link: <a href="https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/#!/pessoa/cadastro">https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/#!/pessoa/cadastro</a>).
- **6.2.** A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar a Ata de Registro/Contrato dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, ou da apresentação do documento constante no item 6.1, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no item 08, deste Aviso, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação os demais fornecedores, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com este aviso de dispensa, para celebração da Ata de Registro/Contrato.

Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

#### ANEXO 02 – DO FOLHETO DESCRITIVO/TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMETO DE 08 ASSINATURAS ANUAIS PARA PLATAFORMA VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI.

A contratação envolve situações que contém serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização. Trata-se de uma variedade única de cursos de formação na área de Tecnologia da Informação, Negócios e outras áreas, com metodologia e didática próprias provenientes da experiência da empresa em cursos presentes e EAD, aplicados em todo o território nacional, permintindo ao aluno percorrer diversas trilhas para sua carreira em vista das necessidades de sua instituição, alicerçada num tipo próprio de fórum que contempla intervenções de instrutores e de alunos com plataforma específica.

### A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÉM AS CARACTERÍSTICAS:

Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;

Para o atendimento da demanda atual de capacitação do Departamento de Tecnologia da Informação — DTI, os seguintes requisitos mínimos deverão estar presentes na solução a ser contratada: A solução deverá disponibilizar 08 (oito) licenças de acesso a uma plataforma on line para servidores do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI pelo prazo de 12 meses;

#### A solução deverá ofertar, no mínino, cursos relacionados aos itens:

- Linux Fundamentals;
- Certificação Linux LPI;
- Gerenciamento de Serviços;
- SCRUM;
- UML;
- Certificação PMP;
- COBIT 5;
- Shell Scripting;
- PowerShell;
- ETL;
- Python;
- PHP;
- Machine Learning, Data Visualization;
- Banco de Dados (Mysql, PostgreSQL e SQL Server)

O acesso ás aulas não deve pressupor a disponibilidae de equipamentos especiais, exceto um link de dados e um navegador web, a exemplo do Chrome, Firefox ou Edge.

A plataforma deve disponibilizarmeios para acompanhamento da carga horária dos cursos concluídos por cada servidor. No contexto deste acompanhamento, os serviodres deverão cumprir a carga horária mínima de 60 h de cursos concluídos no intervalo de 12 meses.



Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

A plataforma deve emitir certificado de participação de cada curso que o servidor concluir, contendo pelo menos o nome completo do participante, título do curso, conteúdo abordado e carga horária.

A plataforma permite o acompanhamento da carga horária cursada pelos servidores, de forma individualizada;

Possui um plano pedagógico que permite o aprendizado contínuo em determinado segmento ou em segmentos similares;

Possuir plano anual com acesso integral à plataforma durante toda a duração do contrato (12 meses);

O VALOR ESTIMADO GLOBAL : R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS) – (ESTE É O VALOR QUE IRÁ PARA LANCES).

**DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA:** O acesso para gerenciamento das licenças deverá ser encaminhada em até 05 (cinco) dias após o encaminhamento da Autorização de Fornecimento e será realizada através de e-mail. A nota Fiscal e o acesso deverão ser encaminhados através de e-mail do Departamento de Tecnologia da Informação – <u>ti@avare.sp.gov.br</u>

**FORMA DE PAGAMENTO:** O produto e/ou serviço só poderá ser solicitado pela Prefeitura mediante envio da Autorização de Fornecimento. O pagamento ao fornecedor/prestador de serviço será realizado em até 30 dias após a entrega, mediante emissão de nota fiscal.

**LOCAL DE ENTREGA:** A nota Fiscal e o acesso deverão ser encaminhados através de e-mail do Departamento de Tecnologia da Informação – <u>ti@avare.sp.gov.br</u>

**FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Anderson Rui do Amaral – Assistemnte Técnico de Departamento – CPF nº317.071.128.86

FISCAL DE CONTRATO: Anderson Rui do Amaral — e-mail: anderson.amaral@avare.sp.gov.br

FICHA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha nº 1826 – Recurso Próprio

**DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** A empresa deverá apresentar documentação que comprove sua capacidade técnica em contratações de outros órgãos públicos com objetos similiares ao desta solicitação.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(doze) meses.



Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

**JUSTIFICATIVA:** Devido a natureza de constante atualização da área de T.I, faz -se necessário que os servidores lotados no Departamento de Tecnologia da Informação estejam em constante capacitação e atualização. A capacitação de tais servidores garante que a euipe esteja preparada para elevar o nível de aderência as melhores práticas preconizadas pelos padrões de governança e gerenciamento de serviços de TIC, em relação, entre outras, ás técnicas para armazenadmento e segurançada informação, visando a garantia do atendimento à legislação e a disponibilidade de serviços que atendam aos pilares da T.I, integridade, disponibilidade.



Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

### ANEXO 03 - DO MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

### DISPENSA ELETRÔNICA № 028/2023 - MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ/SP

(Nome da Empresa), CNPJ/MF № ....., sediada, (endereço completo) DECLARAMOS para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de dispensa, o que se segue:

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que, caso, seja ME/EPP/MEI, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

Local e Data (Responsável legal e assinatura)



Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

#### ANEXO 04 – DA MINUTA DO CONTRATO

	CONTRA	TO Nº TO QUE FA CA DE AVA	AZEN	/I ENTR				ESTÂNCIA
Aos dias do mês de	de d	ois mil e v	inte	e três,	nesta cio	lade de <i>A</i>	Avaré, E	stado de
São Paulo, de um lado a de um la	do a <b>PR</b>	EFEITURA	DA	ESTÂNC	IA TURÍ	STICA DE	AVARÉ	É, pessoa
jurídica de direito público, inscrita	no CNP	J sob o nú	imer	o 46.63	4.168/0	001-50, s	ituada	na Praça
Juca Novaes nº. 1.169, neste ato	represe	ntada pel	o Se	cretário	Munici	pal de A	dminis	tração, o
senhor <b>RONALDO ADÃO GUARDIA</b>	<b>NO,</b> bras	sileiro, divo	orcia	do, port	tador da	Cédula d	e Ident	idade RG
n°11.371.876-7 SSP/SP e inscrito i	no CPF/I	MF sob n°	008.	275.46	8-31, res	idente e	domic	iliado na
cidade de Avaré/SP – de ora em o	diante d	enominada	a <b>CO</b>	NTRATA	<b>ANTE</b> e d	de outro	lado à	empresa
		cadastrac	da	no	CNPJ	sob	0	número
		С	om			sede		na
			ne	este	ato	represe	entada	pelo
		<i></i>	_, po	rtador	da Cédu	ıla de Id	entidad	de RG n°
e inscrito no CPF/N	1F sob n	o		, resic	lente e d	domiciliad	o na c	idade de
/ – de ora em diante den	ominada	CONTRA	TADA	A, sob o	disciplina	da Lei r	ıº 14.13	33/01 de
abril de 2.021 e da INSTRUÇÃO N	NORMAT	IVA SEGES	/ME	Nº 67	, DE 8 C	E JULHC	) DE 20	021 e na
presença das testemunhas abaixo, a	ajustarar	n e contra	tarar	n o seg	uinte:			
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO  1.1. Nos termos da Dispensa de L, res plataforma virtual de aprendizag Tecnologia da Informação - DTI	. <b>icitação</b> sponsáve	el pelo fo	rnec	imento	de 08	assinatui	ras anu	iais para
1.2. TERMO DE REFERÊNCIA N°009	45/2023	S - ESPECIF	ICAÇ	ÕES:				

- 1.2.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimeto de 08 assinaturas anuais para plataforma virtual de aprendizagem para capacitação de servidores do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI.
- 1.2.2. A contratação envolve situações que contém serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização. Trata-se de uma variedade única de cursos de formação na área de Tecnologia da Informação, Negócios e outras áreas, com metodologia e didática próprias provenientes da experiência da empresa em cursos



Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

presentes e EAD, aplicados em todo o território nacional, permintindo ao aluno percorrer diversas trilhas para sua carreira em vista das necessidades de sua instituição, alicerçada num tipo próprio de fórum que contempla intervenções de instrutores e de alunos com plataforma específica.

### 1.3. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÉM AS CARACTERÍSTICAS:

- 1.3.1. Os cursos estão disponíveis no idioma português do Brasil;
- **1.3.2.**A plataforma permite o acompanhamento da carga horária cursada pelos servidores, de forma individualizada;
- **1.3.3.** São emitidos certificados de conclusão para cada curso realizado pelo servidor;
- **1.3.4.** Possui um plano pedagógico que permite o aprendizado contínuo em determinado segmento ou em segmentos similares;
- **1.3.5.** PossuiR plano anual com acesso integral à plataforma durante toda a duração do contrato (12 meses);
- **1.3.6.** A solução deverá ofertar mais de 1400 cursos, com atenção especial aos cursos relacionados aos itens:
- Linux Fundamentals;
- Certificação Linux LPI;
- Gerenciamento de Serviços;
- SCRUM;
- UML;
- Certificação PMP;
- COBIT 5;
- Shell Scripting;
- PowerShell;
- ETL;
- Python;
- PHP;
- Machine Learning, Data Visualization;
- Banco de Dados (Mysql, PostgreSQL e SQL Server)
- **1.3.7.**O acesso ás aulas não deve pressupor a disponibilidae de equipamentos especiais, exceto um link de dados e um navegador web, a exemplo do Chrome, Firefox ou Edge. A plataforma deve disponibilizarmeios para acompanhamento da carga horária dos cursos concluídos por cada servidor. No contexto deste acompanhamento, os serviodres deverão cumprir a carga horária mínima de 60 h de cursos concluídos no intervalo de 12 meses.
- **2. JUSTIFICATIVA:** Devido a natureza de constante atualização da área de T.I, faz -se necessário que os servidores lotados no Departamento de Tecnologia da Informação estejam em constante capacitação e atualização. A capacitação de tais servidores garante que a euipe esteja preparada para elevar o nível de aderência as melhores práticas preconizadas pelos padrões de governança e

#### Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo n°197/2023

gerenciamento de serviços de TIC, em relação, entre outras, ás técnicas para armazenadmento e segurançada informação, visando a garantia do atendimento à legislação e a disponibiidade de serviços que atendam aos pilares da T.I, integridade, disponibilidade.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com o pagamento do referido objeto está previsto na seguinte Dotação Orçamentária:

21.01.01.3.3.90.39.00.04.126.7002.2540.1826. – Recurso Próprio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO	
O valor global do contrato é de R\$_	 ()

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O produto e/ou serviço só poderá ser solicitado pela Prefeitura mediante envio da Autorização de Fornecimento. O pagamento ao fornecedor/prestador de serviço será realizado em até 30 dias após a entrega, mediante emissão de nota fiscal. É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal: Referente à Dispensa Eletrônica n° 028/2023 – Processo n°197/2023 – Contrato n° \_\_\_/2023.

### CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS, FORMA DE ENTREGA E LOCAL DE ENTREGA

- **5.1.** O acesso para gerenciamento das licenças deverá ser encaminhada **em até 05(cinco) dias após o encaminhamento da Autorização de Fornecimento** e será realizada através de e-mail.
- **5.2.** A nota Fiscal e o acesso deverão ser encaminhados através de e-mail do Departamento de Tecnologia da Informação ti@avare.sp.gov.br
- **5.3**. Disponibilizar o conteúdo dos cursos, integralmente na modalidade on-line da plataforma de treinamento para as licenças, cujo prazo de liberação seja de, no máximo 10 (dez) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento

#### CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO CONTRATADA

- **6.1.** Atender a toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento.
- **6.2.** Responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto.
- **6.3.** Garantir aos servidores inscritos o acesso total, permanente e simultâneo, por meio da internet. A todos os cursos da formação, 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia.
- **6.4.** Disponibilizar o conteúdo dos cursos, integralmente na modalidade on-line da plataforma de treinamento para as licenças, cujo prazo de liberação seja de, no máximo 10 (dez) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

#### Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

- **6.5.** Manter histórico dos cursos realizados e em andamento dos servidores cadastrados na plataforma, de modo, a permitir a realização de pesquisa e de continuidade dos cursos já iniciados pelos respectivos servidores.
- 6.6. Permitir a qualquer servidor cadastrado se registrar em qualquer curso sem limitação.
- **6.7.** Não incluir ou retirar participannte sem autorização da Prefeitura.
- **6.8.** Suspender ou interromper o fornecimento do material, quando solicitados pela Prefeitura.
- **6.9.** Disponibilizar certificação em mídia digital, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a finalização de cada curso realizado.
- **6.10**. Substituição/realocação das licenças de forma ordinária em casos de exoneração ou afastamento publicado em portaria.
- **6.11.** Disponibilizar a geração dos relatórios diretamente no painel de gestão.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Informar a escolha dos usuários que utilizarão a plataforma.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste termo é de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

- **9.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- **9.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- **9.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- **9.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **9.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **9.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

#### Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

- **9.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **9.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 9.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **9.1.11**. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- **9.1.12.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 9.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **9.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos **subitens 9.1.1 a 9.1.12**;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos **subitens 9.1.2 a 9.1.7** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos **subitens 9.1.8 a 9.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- **9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- **9.3.1**. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- **9.3.2**. As peculiaridades do caso concreto;
- **9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

#### Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

- 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- **9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **9.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- **9.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **9.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- **9.7.** Para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar, ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou ainda, benefícios de qualquer natureza que constitua prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado, conforme a Lei n° 2.216, de 22 de junho de 2.018, publicado em 22 de junho de 2.018.
- **9.8.** O processamento do PA não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- **9.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- **9.10.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS MOTIVOS PARA RESCISÃO

Em vez de aplicação das penalidades acima citadas e sem prejuízo das mesmas, poderá ser rescindido o ajuste se ocorrido qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as formas previstas no artigo 138 da mesma Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Em caso de rescisão do contrato poderá ser feita amigável ou judicialmente, nos expressos termos da legislação aplicável à espécie.

Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

Fica expressamente vedada à empresa contratada a transferência da responsabilidade do fornecimento do objeto contratual da **Dispensa n°028/2023 – Processo n°197/2023** a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto inicial até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS

Dos pagamentos devidos à empresa **CONTRATADA**, serão retidos e descontados os valores correspondentes ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), pagando-se à **CONTRATADA** o valor líquido devido, conforme determina a legislação em vigor.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CLÁUSULA DA ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar, ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou ainda, benefícios de qualquer natureza que constitua prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado, conforme a Lei n° 2.216, de 22 de junho de 2.018, publicado em 22 de junho de 2.018.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

- **16.1.** O responsável pela gestão deste contrato será o Secretário Municipal de Administração o senhor Ronaldo Adão Guardiano, solicitante do objeto referente a esta Dispensa Eletrônica.
- **16.2.** O responsável pela fiscalização deste Contrato será o senhor Anderson Rui do Amaral Assistente Técnico de Departamento CPF: 317.071.128.86

# CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N° 13.709/2018.

- **17.1.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- **17.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especiais os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n° 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- **17.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em

Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

- **17.4.** Em atendimento ao disposto na Lei n° 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, o **CONTRATANTE**, para execução de serviço objeto deste contrato, tem acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.
- **17.5.** A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, e, se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção de dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.
- **17.6.** A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE**, em até **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Avaré, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outra por mais privilegiada que seja.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, para o mesmo fim acompanhado de duas testemunhas no presente ato.

Drofoitura da	Estância	Turística de Avaré, ac	ماہ عد	de 2.023
Preieitura ua	ESLANCIA	Turistica de Avare, at	is de	ue z.uza

## RONALDO ADÃO GUARDIANO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ CONTRATANTE

**CONTRATADA** 

	Testemunhas:	
Nome:	Nome:	
RG:	RG:	



Dispensa Eletrônica nº 028/2023 - Processo nº197/2023

#### ANEXO 05 – MODELO DE PROPOSTA VENCEDORA

À Prefeitura da Estância Turística de Avaré. Prezados Senhores, Ref.: DISPENSA ELETRÔNICA N°028/2023 - Comissão de Licitação - Carta Proposta de Fornecimento. Apresentamos nossa proposta para fornecimento de 08 assinaturas anuais para plataforma virtual de aprendizagem para capacitação de servidores do Departamento de Tecnologia da Informação -DTI. O valor estimado global é de R\$ , ( ). Conforme Anexo 02, que integra o instrumento convocatório da dispensa eletrônica em epígrafe. Especificações: A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua apresentação Dos Prazos: conforme Anexo 02. 1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR: (DADOS OBRIGATÓRIOS) RAZÃO SOCIAL: CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: ENDEREÇO COMERCIAL/TELEFONE: AGÊNCIA e № DA CONTA BANCÁRIA: E-MAIL INSTITUCIONAL: **REPRESENTANTE** (Responsável pela assinatura do contrato) CARGO: CARTEIRA DE IDENTIDADE: CPF: DATA DE NASCIMENTO: ENDEREÇO RESIDENCIAL/TELEFONE: E-MAIL PESSOAL: 2.CONDICÕES GERAIS

**2.1** - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente dispensa eletrônica.

Deverá ser cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com o Anexo 02 do Edital.

Os preços cotados pela empresa vencedora não poderão ultrapassar os preços unitários estimados pela Administração.



Dispensa Eletrônica n° 028/2023 - Processo n°197/2023

Será rejeitada a proposta que contenha mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários.

**2.2** - O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

Obs: Rubricada em todas as folhas e assinada pelo Representante Legal da empresa.

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 00943/23

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Considerando que estudo técnico preliminar trata-se de documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Considerando jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1134/2017 – TCU – Segunda Câmara) e resposta em Parecer Consulta do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Consulta nº 19/2020);

Sirvo-me do presente para apresentar Estudo Técnico Preliminar:

Descrição Sumária do Item:

Contratação de 08 licenças para acesso a plataforma de capacitação online para servidores do Departamento de Tecnologia da Informação pelo prazo de 12 meses.

1 - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público: A área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é palco frequente de novas tecnologias que passam a ser indispensáveis para a rotina de trabalho dos servidores do DTI. Essas novas tecnologias exigem a aquisição de novos conhecimentos por parte da equipe técnica que irá implantá-las e mantê-las. Assim como as tecnologias já adotadas como padronizadas no DTI sofrem atualizações e precisam ser constantemente revisitadas para que os servidores continuem capacitados nas mesmas.

Além da capacitação em tecnologias adotadas pelo DTI, a área requer capacitação contínua em outras tecnologias disponíveis, frequentemente atualizadas, de modo a permitir elevar o nível de aderência às melhores práticas preconizadas pelos padrões de governança e gerenciamento de serviços de TIC, em especial em relação à técnicas para armazenamento e segurança da informação, visando a garantia de atendimento à legislação. Uma equipe de TI capacitada está preparada para responder de maneira rápida e eficaz em caso de incidentes de segurança ou desastres, evitando ou minimizando os prejuízos e garantindo o retorno ao estado da estrutura de TI anterior ao incidente.

Ainda, em atenção ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, na área de GovTl, é caracterizada a necessidade de treinamento e capacitação dos colaboradores de área de Tl, que, caso seja executada, possibilita o aumento do índice do município em 30 pontos (cerca de 3% do indicador) e proporcionando outras melhorias no índice, evitando questionamentos, notificações e sanções do TCE em relação ao Executivo Municipal.

Em consulta ao Portal Nacional de Compras Públicas PNCP, encontramos contratações similares, porém do plano CORP. Por tratarem-se de características indispensáveis para a Prefeitura, tendo em vista a existência de projeto de sistema de gerenciamento de aprendizado em fase de estudo e implantação pela municipalidade, e, em razão da inexistência no PNCP de contratação da mesma modalidade solicitamos a empresa orçamento, conforme exibido abaixo e anexo a este termo:

Orçamento solicitado a empresa para o fornecimento de 08 licenças do plano CORP PLUS Objeto: Contratação de licença de acesso anual à plataforma de cursos Valor: R\$ 12.000,00 (R\$ 1.500,00 por licença)

Licença de acesso anual à plataforma online de cursos - 08 licenças - VIr. Unitário R\$ 1.500,00 - VIr. Total R\$ 12.000,00

- 2 Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade; Para o atendimento da demanda atual de capacitação do DTI, os seguintes requisitos mínimos deverão estar presentes na solução a ser contratada:
- A solução deverá disponibilizar 08 (oito) licenças de acesso a uma plataforma online para servidores do DTI pelo prazo de 12 meses
- A solução deverá ofertar, no mínimo, cursos relacionados aos itens:
- Linux Fundamentals
- Certificação Linux LPI
- Gerenciamento de serviços
- SCRUM
- UML
- Certificação PMP
- COBIT 5
- Shell Scripting
- PowerShell

10

A see a

#### FSTUDO TÉCNICO PRELIMINAR № 00943/23

- ETL
- Python
- PHP
- Machine Learning
- Data Visualization
- Bancos de Dados (Mysgl, PostgreSQL e SQL Server)
- O acesso às aulas não deve pressupor a disponibilidade de equipamentos especiais, exceto um link de dados e um navegador web, a exemplo do Chrome, Firefox ou Edge.
- A plataforma deve disponibilizar meios para acompanhamento da carga horária dos cursos concluídos por cada servidor. No contexto deste acompanhamento, os servidores deverão cumprir a carga horária mínima de 60h de cursos concluídos no intervalo de 12 meses.
- A plataforma deve emitir certificado de participação de cada curso que o servidor concluir, contendo pelo menos o nome completo do participante, título do curso, conteúdo abordado e carga horária.

Para o levantamento das plataformas e dos valores para realização da estimativa de contratação, levamos em consideração plataformas existentes disponíveis no mercado nacional e levando em consideração certos requisitos:

- Os cursos deverão estar disponíveis no idioma português do Brasil.
- A plataforma deverá permitir o acompanhamento da carga horária cursada pelos servidores, de forma individualizada.
- Deverá emitir certificado de conclusão para cada curso realizado pelo servidor.
- Deverá possuir um plano pedagógico que permita o aprendizado contínuo em determinado segmento ou em segmentos similares.
  - Deverá possuir plano mensal ou anual com acesso integral à plataforma durante toda a duração do contrato (12 meses).
- 3 Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções; Tendo como base os requisitos anteriormente informados foi realizada uma pesquisa onde procurou-se relacionar as plataformas de cursos de tecnologia online disponíveis no mercado nacional. Após análise inicial foram encontradas as seguintes plataformas:

DevMedia (devmedia.com.br)

A DevMedia se define como uma plataforma brasileira para programadores. Ela oferece estudo orientado através de guias e séries de aprendizado e acesso a uma comunidade de programadores para chamados de ajuda. A avaliação do aprendizado é realizada através de tarefas e exercícios com pontuação. Possui ainda um sistema de ranking de programadores onde os usuários vão melhorando a sua posição à medida que mais tarefas são executadas. A plataforma possui um enfoque na preparação de profissionais para vagas de empresas. Durante o aprendizado, o usuário pode receber vagas de emprego relacionadas ao tema em que está estudando.

Os planos corporativos oferecem recrutamento, acesso completo à plataforma, relatório de desempenho individual, gerenciamento de equipe e plano de estudo orientado. No momento deste estudo, a plataforma oferece os planos abaixo. Note-se que os planos pagos diferem no valor devido unicamente à quantidade de recrutamentos, enfatizando o enfoque dado pela plataforma a este aspecto, no final, irrelevante para esta contratação:

Udemy (udemy.com)

A Udemy é uma plataforma de cursos online fundada em maio de 2010 com matriz nos Estados Unidos. No Brasil, a Udemy é representada com exclusividade pela empresa RALEDUC Tecnologia e Educação LTDA EPP.

A plataforma permite que instrutores de todo o mundo possam criar livremente cursos online nos tópicos de sua preferência. Usando as ferramentas disponibilizadas pela plataforma, eles podem enviar vídeos, apresentações, PDFs, áudio e demais arquivos que irão integrar os cursos. Os instrutores podem ainda interagir com os usuários através da plataforma.

Ao captar livremente os instrutores, a Udemy.com construiu um variado rol de categorias de cursos, incluindo Desenvolvimento de Software, Negócios, Finanças, Design, Marketing, Fotografía, Saúde e Música. O portal possui no momento desta pesquisa mais de 213.000 cursos de livre escolha para o usuário não corporativo. Nessa modalidade, o usuário realiza a aquisição individual do curso desejado, tendo acesso apenas aos cursos que adquiriu.

Para o segmento corporativo, a Udemy apresenta o Udemy for Business, uma seleção de mais de 20.000 cursos dentre aqueles que compõem a Udemy.com. Esta modalidade permite livre acesso a todos os cursos da seleção. A empresa contratante tem acesso a um painel de gerenciamento para acompanhamento da equipe. Os cursos possuem certificado de conclusão que poderá ser acessado pelo participante através da plataforma.

De acordo com o programa de assinatura de conteúdo da Udemy, apenas os cursos hospedados com exclusividade no Udemy poderão ser ofertados no Udemy for Business.



Página 3

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 00943/23

De acordo com as informações em seu portal, a Udemy for Business possui um plano Team para equipes de 5 a 20 pessoas com custo de assinatura anual de US\$ 360,00 por pessoa, por ano, estimando-se R\$ 150,00 por mês por pessoa. O pagamento é antecipado e integral.

Alura (alura.com.br)

A Alura surgiu como plataforma online da escola de tecnologia presencial Caelum em 2011. A marca Alura foi criada em junho de 2013. A escola Caelum tem sido contratada de forma recorrente para capacitação de servidores de inúmeros órgãos governamentais das três esferas de poder para cursos presenciais por conta da qualidade ofertada de seus cursos. A licença individual de acesso à plataforma permite ao usuário acesso a todos os cursos disponíveis. No momento desse estudo, possui mais de 1400 cursos nas áreas de tecnologia agrupados em áreas como Mobile, Programação, Front-End, DevOps, UX & Design, Data Science e Inovação & Gestão.

O usuário tem a opção de seguir uma sequência pré determinada de cursos através das formações. As formações abordam um conhecimento do nível básico ao avançado, de forma progressiva. A sequência de conteúdos é planejada visando facilitar o

estudo do usuário que está tendo um primeiro contato com o tema do estudo.

Para os usuários que já possuem experiência em um determinado tópico é possível escolher os cursos na ordem preferida e

inclusive organizá-los em planos de estudo individuais.

Os cursos possuem aulas práticas, acesso online e offline e são integralmente em português. Para acompanhar a evolução da tecnologia abordada, os cursos recebem atualizações sendo o usuário avisado em seu painel quando uma nova versão é disponibilizada. É necessário que o usuário realize todas as atividades de aprendizado parra que possa concluir o curso. Todos os cursos concluídos emitem certificado. Existe uma área na plataforma onde o usuário pode visualizar a listagem de todos os seus cursos concluídos e obter o certificado.

Nos planos empresariais, o gestor pode realizar o gerenciamento de usuários, acompanhando a evolução das suas atividades

e o total de horas aula concluídas.

São oferecidos os planos Corp e Corp Plus. O Plano Corp Plus possui todas as funcionalidades do plano Corp adicionado um gerente de conta dedicada da Alura, o acesso a uma API (Application Programming Interface) para integração de sistemas do contratante com a plataforma online e a criação de planos de estudos individuais.

Soluções disponíveis na Administração Pública

Considerando o escopo de cursos demandados e a metologia necessária, não há solução disponível atualmente na Administração Pública para atender à demanda.

Foram encontrados diversos contratos de órgãos públicos com objeto similar ao pretendido por esta contratação. Alguns contratos na esfera federal encontram-se no quadro abaixo:

Órgão: TRT 13ª Região Contrato 19/2020

Objeto: Fornecimento de 19 (dezenove) licenças de acesso ao Pacote Premium, na plataforma virtual de aprendizagem da "Alura", na modalidade EAD, com acesso ilimitado aos cursos e conteúdos disponibilizados, durante 12 (doze) meses, nos Termos do Projeto Básico e proposta apresentada.

Licencas: 19

Valor Total: R\$ 17.575,00 Modalidade: Inexigibilidade

Órgão: Ministério da Economia

Contrato: 1/2021

Objeto: Contratação da disponibilização de 16 (dezesseis) licenças (acesso a todos os cursos, incluindo novos lançamentos) da Plataforma Alura de ensino a distância para capacitação de 16 (dezesseis) servidores do quadro técnico e gerencial da Central de Compras do Ministério da Economia (CENTRAL/SEGES-ME).

Licenças: 16

Valor Total: R\$ 17.280,00 Modalidade: Inexigibilidade

Órgão: AGU Contrato: 08/2020

Objeto: Contratação de 53 acessos fixos e 22 acessos rotativos à Plataforma de Cursos Alura.

Licenças: 53

Valor Total: R\$ 60.420,00 Modalidade: Inexigibilidade

Órgão: TRT 21ª Região

Página 4

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR № 00943/23

Contrato: 14/2020

Objeto: Prestação de serviços de capacitação de 14 (quatorze) servidores da STI, através de cursos online, por meio de 14 subscrições de acesso à plataforma virtual, conforme especificações e quantitativos descritos no presente instrumento.

Licenças: 14

Valor Total: R\$ 16.800,00 Modalidade: Dispensa

4 - Descrição da solução como um todo

Ao analisar a plataforma DevMedia, constatamos a ausência de cursos dedicados aos seguintes tópicos: Kubernetes, GitLab, PoweBi e Ciência de Dados. Estes itens fazem parte da lista de cursos essenciais para esta contratação e sua oferta é uma condição necessária para que a plataforma possa ser selecionada. Por esse motivo, a DevMedia foi descartada como opção de contratação.

A plataforma Udemy apresenta ampla variedade de cursos, com metodologia igualmente variada devido às características de seleção de instrutores da plataforma. Ao analisar a adequação da proposta da Udemy quanto às necessidades de capacitação do DTI, percebemos que apesar da plataforma oferecer individualmente todos os cursos necessários, a sua fragmentação em uma infinidade de instrutores, sem um plano pedagógico que confira/indique uma progressão de conhecimentos pela plataforma e cada um com sua metodologia, pode dificultar o aprendizado dos participantes, especialmente em tópicos novos onde uma introdução gradual e com continuidade metodológica é desejada. Dessa forma, optamos por descartar a plataforma Udemy como opção viável para esta contratação.

A plataforma Alura cumpre a oferta de todos os cursos listados neste estudo, apresentando excelência acadêmica reconhecida pelo mercado e permitindo o acesso a todos os seus cursos através de uma licença de acesso para cada participante. Este último aspecto torna a contratação economicamente vantajosa para a municipalidade ao considerarmos que a contratação individual dos cursos representaria custos muito mais elevados dada a quantidade de servidores a serem capacitados e o esforço administrativo das contratações separadas.

Ademais, conforme consulta no sítio da empresa, a plataforma Alura permite ao servidor acessar mais de 1.400 cursos, podendo ele livremente completar a sua formação, indo além daqueles elencados neste ETP.

Devido à metodologia empregada, os cursos da plataforma Alura se apresentam de forma singular no mercado, com uma combinação de conteúdo programático e qualidade pedagógica que permite atender de forma plena os requisitos do objeto deste estudo.

O programa apresentado nos cursos da Alura bem como a reconhecida capacidade técnica de seu corpo de instrutores, conteúdos e toda a plataforma são oferecidos em caráter de exclusividade, não sendo possível sua equiparação no mercado por mera comparação de preços, dadas as variáveis intangíveis envolvidas como competência da empresa no oferecimento de cursos através da plataforma, credibilidade, experiência do instrutor, carga horária e conteúdo programático.

A necessária capacitação contínua da equipe de TI e a grande quantidade de cursos relevantes às atividades deste DTI, justificam sua contratação.

Dessa forma, este estudo sugere, como solução, a aquisição de 08 licenças de acesso à plataforma Alura no plano Corp Plus pelo prazo de 12 meses.

- 5 Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável; Tendo em vista o molde de assinatura da solução, ou seja, um único serviço contratado para a oferta de todos os cursos do catálogo do prestador de serviços, não é possível a divisão da solução em itens.
- 6 Contratações correlatas e/ou interdependentes; Não se aplica
- 7 Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento Em que pese que o município não possuir Plano Anual de Contratações elaborado para o exercício de 2023, o Secretário Municipal de Administração, autorizou a realização de estudo e contratação de empresa para a capacitação dos servidores do DTI para que estes estejam capacitados para atender de maneira mais rápida e eficaz as necessidades da municipalidade.
- 8 Resultados pretendidos; Busca-se com a contratação do objeto a capacitação da equipe do DTI visando o aperfeiçoamento tecnológico de toda a equipe, a melhoria no atendimento aos servidores e cidadãos do município, assim como formas atualizadas e mais eficazes de garantir a segurança de dados e informações, a disponibilidade de sistemas, o desenvolvimento de ferramentas que agilizem e facilitem a identificação de informações necessárias para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.
- 9 Providências a serem adotadas; Não se aplica
- 10- Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ PRAÇA JUCA NOVAES, 1169

CNPJ: 46.634.168/0001-50

Página 5

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 00943/23

#### Não se aplica

11 - Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação;
 Em razão do exposto neste Estudo Técnico Preliminar, declaro para todos os fins que esta contratação encontra-se Viável.

Estância Turiştica de Avaré, 19 de Abril de 2023.

Anderson Rui do Amaral

Responsavel pela Elaboração do Estudo

Paulo Pera dos Santos

Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática

LOCAL / DATA

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Fiorilli Software - (Compras Web (9.21.25.2405))

Selection < ~